

## ATA REUNIÃO ORDINÁRIA COMPAM MARÇO DE 2022

### ATA Reunião Ordinária Março-2022

Aos **sete dias do mês de março de dois mil e vinte dois** às **quatorze horas (14h)**, por meio do aplicativo de reuniões MEET, reuniram-se em caráter ordinário os membros do **COMPAM**, seguindo a ordem do dia:

- a) Verificação de quórum
- b) Informes
- c) Pauta:

#### 1. Câmaras Temáticas

1.1 Criação da Câmara de Gestão Territorial de Áreas Úmidas – Proposição: Sinduscon

1.2. Composição das Câmaras Temáticas:

- a) Pontal da Barra/Laranjal – Proposição: CIPEL.
- b) Mudanças Climáticas – Proposição: CEA.
- c) Educação Ambiental – Proposição: GAEC.
- d) Câmara de Gestão da Biodiversidade ou Conservação do Patrimônio Genético – Proposição: Fundação Tupahuê.

#### 2. Relatório Anual da Qualidade Ambiental do Município de Pelotas – RAMB 2020 – complementações.

#### VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

Havendo quórum, a Secretaria-Executiva, Camila Ferreira, identificou a presença das 35 que compõem o Conselho, conforme lista de presença (ausente: Arpa-Sul, SOS Animais e Adulfpel).

#### INFORMES

- A partir dessa reunião as pautas terão tempo de debate pré-estabelecidos.

– Conselheiro Rul da AEAP relata recordando o momento de posse dos novos membros da câmara recursal e afirma que inicialmente foi feita uma reunião de informações e depois foi dado encaminhamento nos processos já iniciados anteriormente. Foram realizadas 3 reuniões no ano passado, já finalizando os processos de vegetação. Afirma que neste ano ocorreu uma reunião para finalizar esses processos, e estão trabalhando em reuniões para julgar os recursos de multas, que giram em torno de 40 processos, sendo alguns já prescritos. Afirma que farão reuniões semanais, se assim for possível, para que os processos tenham encerramento.

– Foi recebido na data da reunião 2 ofícios do FDAM, Ofício 01/2022 do FDAM requer que sejam pautados os relatos das câmaras técnicas permanentes e o Ofício 02/2022 requer que seja fornecida uma listagem dos recursos apresentados ao COMPAM.

- A ATA da reunião ordinária de fevereiro (01-2022) foi encaminhada dia 05 de março de 2022 para conferência dos participantes, junto com a gravação da reunião, e os mesmo tem o prazo de 15 dias para solicitar correções, inclusões e ajustes às suas falas e documentos.

**Conselheira Silvia da UFPel** traz sugestão de deliberar de imediato sobre a data da Reunião Extraordinária (RE) em março, conforme deliberado em reunião ordinária anterior, visto que a pauta do dia se mostra longa e que não houve previsão de tempo para Assuntos Gerais. O coordenador Eduardo adianta que, em função da provável escassez de tempo para tratar do assunto RAMB na presente reunião, possivelmente seja chamada a RE, ainda neste mês. Ao mesmo tempo, o mesmo expõe sua visão sobre a previsão regimental para chamadas de REs, conforme o Art. 10, referindo-se aos parágrafos primeiro e segundo. Diz que a coordenação, tomando por base o Regimento, recebe as demandas encaminhadas e então avalia a realização ou não da RE. A conselheira mostra concordância com as formas de convocação citadas, mas fez referência ao descrito parágrafo 3º do Artigo citado, que claramente remete à marcação de REs em Plenário. Conclui expondo sobre a improcedência das formas de convocação citadas pelo coordenador como exclusivas e, uma vez que este ratifica seu entendimento, a Conselheira solicita que venha a haver posição definitiva a respeito. Concluindo, o coordenador anuncia a reserva dos 5 (cinco) minutos finais da reunião para o assunto.

#### PAUTA:

54 1. Composição das Câmaras Temáticas:

55 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que a princípio, segundo o regimento, a câmara temática deverá ser  
56 definida entre permanente e temporária, mas que ao seu entender são assuntos permanentes e questiona se na  
57 reunião anterior os conselheiros debateram sobre isso. Afirma que o regimento diz que as câmaras deverão ser  
58 formadas por três ou cinco conselheiros, extinguindo a questão da paridade, por isso acredita que seria  
59 interessante definir isso antes e por ele partiria de cinco membros. Também afirma que é possível que as  
60 entidades indiquem membros e as entidades que se sentirem a vontade de integrar a câmara também podem se  
61 manifestar, e que, havendo mais que cinco entidades interessadas haverá uma votação para definir a  
62 composição. Pergunta o que os demais conselheiros acham da proposta dele.

63 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** questiona sobre a ordem que a reunião está seguindo, o que no entender  
64 dele está diferente do que foi enviado no email de convocação da reunião.

65 **Conselheiro Eduardo da SQA** explica a ordem da reunião, em que antes será composta as câmaras aprovadas,  
66 depois será debatido a criação da câmara de gestão e se aprovada ela será composta. Após ser orientado pelos  
67 demais conselheiros, o Secretário Eduardo confirma a mudança e afirma que ele fez uma pequena confusão  
68 com a ordem da pauta e passa a palavra para o conselheiro Ricardo.

69

70 1.1 Criação da Câmara de Gestão Territorial de Áreas Úmidas – Proposição: Sinduscon

71

72 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** afirma que primeiramente foi analisada as sugestões encaminhadas e  
73 tentou alocar na proposta todos os comentários e análises recebidas. Afirma que a ideia foi aprimorar a proposta  
74 para que ficasse clara. Com tudo isso gerado, em cinco reuniões em que o tema foi debatido, que com tanta  
75 contribuição e debate essa câmara temática foi uma construção de todos os conselheiros. Parabeniza o  
76 Secretário Eduardo Schaefer com relação a questão das ATAS, pois foi uma reivindicação do plenário que elas  
77 fossem mais efetivas e retratassem o que foi tratado na reunião, e o Secretário prometeu que iria melhorar ao  
78 longo do tempo e que na opinião dele isso aconteceu, pois passou algum tempo sem participar das reuniões e  
79 as ATAS puderam deixar ele inteirado dos assuntos tratados e parabenizar a pessoa responsável pela confecção  
80 das ATAS. Afirma que o Sinduscon considera que nessa proposta houve a tentativa de abranger todos que se  
81 manifestaram e assim também foi feito de forma mais direta com algumas pessoas. Também considera que o  
82 assunto já vem sendo bastante debatido e que deve ser votado, pois a discussão sobre assuntos ambientais não  
83 se esgota nunca, mas que se a proposta apresentada não foi suficiente é porque o Sinduscon não atingiu a  
84 proposta do plenário e que entende isso, portanto acha que esta deve ser votada. Enfatiza que gostaria que  
85 fosse votado nesta reunião. Reafirma os pontos levantados pelo conselheiro Pedro anteriormente. Afirma que  
86 sobre a questão dos Mapas das AEAINs, pois pensa que não contempla todas as áreas e que precisa de melhoria  
87 e apoio nesse tema. Fala sobre os processos do mandato vigente e demais pontos abordados dentro da câmara  
88 técnica proposta pelo Sinduscon. Afirma que o que interessa não é o nome da comissão, mas que é importante  
89 realizar os pareceres técnicos sobre o tema que a comissão possa gerar. A ideia é que esses pareceres formem  
90 um acervo técnico que sirva de orientação. Portanto sugere como nome “Câmara Temática de Controle,  
91 Qualidade Ambiental e Gestão Territorial”, visto que para ele com esse nome será possível debater assuntos  
92 que seriam apreciados na câmara e acatando algumas sugestões oferecidas. O embasamento para esse nome é  
93 com base na legislação federal (CONAMA). Explica que pegou 4 pontos da câmara técnica federal e trouxe  
94 para a câmara temática proposta, são eles: Licenciamento Ambiental, Controle Ambiental, Qualidade  
95 Ambiental e Ordenamento Territorial e a correta distribuição do espaço dessas atividades. Ele expôs alguns  
96 pontos para antever possíveis questionamentos, baseado no que foi debatido nas reuniões anteriores.

97 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que o conselheiro Ricardo ficou 25 minutos, tempo que foi informado  
98 na convocação para todo o debate, mas que foi interessante pelo fato dele ter perpassado por todos os  
99 questionamentos feitos anteriormente e registrados nas devidas ATAS. Cumprimenta Camila e Marcelo,  
100 ouvintes externos e abre a discussão para os inscritos.

101 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma que não vai de imediato entrar em discussões, se for necessário o fará  
102 mais tarde, mas que no momento se manifesta para reconhecer o empenho o conselheiro em bem esclarecer  
103 sobre as atribuições da CT, e que, quanto a isso, o regimento é claro. Todavia, ressalta., o que foi tratado nos  
104 debates anteriores com o Sr. Pedro Amaral, não foi somente no sentido da necessidade de alterar o nome da  
105 Câmara, mas também desenvolver adequações quanto ao objeto da CT. Explicando a visão de que a proposta  
106 pareceu ainda não contemplar as adequações sugeridas em reuniões anteriores, pede esclarecimento se a

107 chamada de conselheiros pelo SINDUSCON para aprofundar os debates, tal como combinado, foi feita pela  
108 entidade e assim, permanecendo sem a finalização que contemple as diferentes percepções já manifestas,  
109 pondera ser razoável que a proposta mereça maior tempo para análise do Plenário. Isso em função do que  
110 ficou evidenciado na apresentação, que a CT pretende tratar de licenças ambientais, controle ambiental,  
111 qualidade ambiental e de ordenamento territorial, temáticas bastante amplas. Mesmo que atue somente para  
112 estudos e pareceres no COMPAM, a conselheira diz que talvez abarcasse competências até afetas à SQA, tal  
113 como demarca seu título. A conselheira requer, inclusive, que nesse aspecto o Secretário Eduardo se manifeste  
114 detalhadamente quanto ao objeto da CT. Também opina sobre o porte da tarefa frente ao atual desempenho do  
115 COMPAM nas duas câmaras recém constituídas.

116 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** diz que levantou a questão do nome pois nas ATAS percebeu uma série  
117 de objeções contra o nome apresentado para a CT e que ele não tem nada contra ao nome e que essa é a proposta  
118 após cinco reuniões e que deseja ser colocado para votação. Afirma que em relação às áreas de atuação pedem  
119 o entendimento de que a câmara não faz essas coisas, ela apenas se manifesta quando o plenário precisa tomar  
120 uma decisão técnica. Fala também que tudo o que falou com relação a atribuições e regimento interno foi em  
121 respostas aos questionamentos e objeções realizadas nas reuniões anteriores e que se realmente todos  
122 soubessem esses questionamentos não teriam acontecido e se repetido.

123 **Conselheiro Cesar da UCPel** afirma que considera um pouco ampla a ideia da câmara proposta e se não seria  
124 melhor reconstruir algumas questões pois ainda não compreendeu o objeto específico e também no papel da  
125 câmara técnica em não legislar e ser mais consultivo, embora seja dito que a câmara não tenha nenhum poder,  
126 para ele, ao se tratar de AEIANS, seria melhor rever as pessoas que estabelecem os critérios e não a câmara  
127 fazê-lo. Diz que outra questão importante é olhar os critérios do plano diretor e entender que a política  
128 ambiental deve ser construída com as necessidades da sociedade civil e que ao ouvir as atribuições enxerga  
129 como se a câmara tivesse assumindo um papel que é da SQA e por mais que seja levado a voto, acredita que  
130 seja melhor rever a ideia, sendo que no momento só teve a tentativa de responder questionamentos anteriores.

131 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** afirma que nenhuma das questões levantadas pelo conselheiro César faz  
132 parte das atribuições da câmara proposta, pois ela vai se manifestar apenas quando solicitado pelo plenário e  
133 que a SQA tem as atribuições dela, e que também não legisla, e nenhuma das coisas ditas tem relação à  
134 veiculação da câmara.

135 **Conselheiro Osvaldo da ACP** afirma que parece que pela apresentação feita pelo conselheiro Ricardo, a  
136 criação da câmara fica plenamente justificada pois a câmara nada mais faz do que fornecer uma ferramenta  
137 caso o plenário tenha que ser socorrido em uma tomada de decisão. Afirma que a câmara não tem nenhum  
138 caráter de julgamento final e que as atribuições da SQA não ficam conflitadas e que acredita que por esse  
139 motivo vê o encaminhamento da votação como necessário pois parece que não haverá mais modificações pelo  
140 proponente.

141 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** afirma, em resposta ao conselheiro César que não quis dizer que os  
142 assuntos levantados pelos conselheiros não são importantes, que apenas neste momento eles não são alvo de  
143 discussão da proposta da câmara.

144 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma que tem concordância com o Conselheiro César (UCPel) e o  
145 entendimento de que, mesmo reconhecendo a grande dedicação do Sr. Ricardo para apresentar a proposta da  
146 melhor forma possível, há necessidade de ser debatido um pouco mais sobre o objeto da CT e, por isso, não vê  
147 ainda condições para realizar a votação. Considera ser precipitada a abertura da imediata votação para a  
148 criação da câmara como sugerido no *chat*. Por constatar que outros conselheiros também não se sentem  
149 suficientemente informados, solicita que não se cogite submeter a CT à votação. Frente ao fato de não haver  
150 no momento segurança para o voto, propõe que essa ocorra em outro momento. Com visão diferente do  
151 representante proponente, diz ela que, apesar de também reconhecer o esforço da Secretária Camila na  
152 confecção das Atas, qualificando-as positivamente, a proposta inicial do Sinduscon, não constou no  
153 documento, o que veio a dificultar sobremaneira o debate nas instituições, tanto que, segue ela, para alcançar  
154 entendimento do conteúdo da proposta, providenciou a transcrição completa do que foi dito pelo conselheiro  
155 Pedro Amaral. Acrescenta ser importante que o Secretário Eduardo se manifeste claramente em relação ao  
156 papel que teria a câmara temática proposta e que não se sente suprida de informações, inclusive que frente a  
157 apresentação feita hoje e comparando com a inicial, percebe certa duplicidade que prejudicou o entendimento.  
158 Finaliza dizendo que, mais do que a visão holística mencionada pelos proponentes, o assunto requer, também,  
159 a visão de complexidade. Por último, registra sua proposição de adiamento das deliberações e solicita que seja

160 ouvida a OAB, entidade que ficou de auxiliar na reconstrução da proposta.

161 **Conselheiro Soler do CEA** diz que no seu entender pelo pouco que acompanhou da reunião até ao momento  
162 (devido ao atraso por conta de falhas na rede de internet) que procurem manter o que foi acordado, para que a  
163 câmara mantenha a sua legitimidade e legalidade.

164 **Conselheiro Eduardo da SQA** realiza uma provocação a OAB que levantou algumas questões em outras  
165 reuniões, que devido ao debate rico de ideias que vem sendo construído ao longo do tempo, e acredita que a  
166 devido a sua insurgência e a complementação da discussão feita pelo conselheiro Ricardo, seja importante que  
167 a OAB avalie se o que foi dito esclarece ou contempla os questionamentos feitos pela entidade.

168 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** afirma que só tentou contato na manhã do dia da reunião, porém a  
169 conselheira Lilian estava em deslocamento e não pôde atendê-lo. Afirma que as alterações têm tudo a ver com  
170 a primeira proposta, mas que cada vez que analisa os questionamentos, novos pontos surgem, porém o escopo  
171 continua o mesmo e que não é amplo demais. Diz que o que foi tentado para atender a todos foi informar algo  
172 tecnicamente consistente, não só na visão de urbanistas, mas como em esferas superiores, e que não levou a  
173 modificação, mas a evolução. Afirma que não pode avaliar quando dizem não estarem seguros, mas se existir  
174 algo concreto, pois assim ele vai poder debater o ponto, assim como foi feito nos questionamentos concretos.

175 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que o artigo 16 do Regimento Interno trata das atribuições no inciso  
176 VIII, que devem se manifestar sobre matérias de competências legal, regulamentar e regimentais, alínea b  
177 “diretrizes gerais do desenvolvimento urbano”, alínea c “plano diretor”, alínea d “legislação de parcelamento  
178 uso e ocupação do solo e suas alterações”, alínea h “código de postura do município”, afirma então que aquela  
179 tese de que não seria competência a gestão territorial, o regimento interno cria essa atribuição ao plenário,  
180 então pode sim o plenário se manifestar por meio de uma câmara temática inclusive. Afirma que por outro  
181 lado a Lei de Licenciamento (6306) estipula em alguns artigos a oitiva e posicionamento do COMPAM mas  
182 não diz em qual área, mas do conselho como todo. Portanto, acha fundamental ter uma câmara que discuta os  
183 recursos apresentados por empreendedores sobre licenciamentos e que hoje não há uma previsão específica.  
184 Diz que como representante da SQA ele não vê a câmara como limitante das atribuições da Secretaria e que o  
185 COMPAM pode sim ajudar a SQA nessas tratativas sendo essa sua visão de gestor. Afirma que, as inscrições  
186 para os conselheiros estão encerradas e que em respeito ao proponente, que explanou sua reavaliação da  
187 proposta por 25 minutos, acredita que a câmara deve sim ser levada para a votação, e aquele que por alguma  
188 razão se sentir inseguro ou contra a proposta, ou se abstém ou vota contrário, e aqueles que se sentem  
189 confortáveis ou veja coerência na câmara votem na forma que achem legal e democrática.

190 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma que existem conselheiros inscritos.

191 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que já tratou desse assunto e que a única exceção foi ao conselheiro  
192 Soler devido ao motivo já explicado e ao “aparte” da própria conselheira.

193 **Conselheira Silvia da UFPel** diz haver outros pedidos de fala. Ponderou ser saudável debater, ouvir os  
194 demais e não apenas o proponente, que usou o tempo máximo previsto e inclusive fez apartes. Diz supor que o  
195 Secretário Eduardo concorde que a participação no ambiente do Conselho é fundamental e que a busca da  
196 eficácia das reuniões, como por ele antes referida, é medida bem-vinda, mas nunca em detrimento da  
197 expressão das falas. Manifesta-se também para esclarecer sobre o acordado no Conselho, de que quando um  
198 não-conselheiro pede a palavra, precisa aguardar o final das falas de todos os conselheiros a cada assunto  
199 tratado, ou seja, tem o direito de participar no momento da discussão e não somente ao final da reunião.

200 **Conselheiro Eduardo da SQA** questiona ao conselheiro Pedro do Sinduscon se as alterações já estão prontas  
201 para realizar a nova defesa.

202 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** afirma que pode fazer a apresentação que versa sobre um ajuste sugerido  
203 pela conselheira Lilian da OAB com relação ao nome da câmara.

204 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** informa que o nome da câmara foi mudado para análise territorial e áreas  
205 úmidas. Ela tem 4 pontos principais em seu escopo. O primeiro deles é a necessidade do COMPAM conhecer  
206 e analisar profundamente o espaço territorial e ambiental do município. O segundo ponto foi o estudo de áreas  
207 úmidas e proposição de parâmetros para licenciamento para auxiliar as SQA no licenciamento de áreas úmidas.  
208 O terceiro ponto seria o estudo das AEIANs, bem como a adequação do mapa bem como gerir instituir o  
209 georreferenciamento das áreas de AEIANs, visto as diferenças de entendimento do PDDU de 2018. O quarto  
210 ponto é a análise de processos que requerem dúvidas da SQA. Sugere que seja avaliada a efetividade dos  
211 trabalhos desta câmara por três anos e se for efetivo que seja renovado por igual período.

212 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que desse jeito não se chegará a um denominador se cada um quiser

213 impor sua vontade, que ele está na condição de coordenador e que está tentando fazê-lo na melhor condição  
214 possível, dentro do que é correto, respeitando. Contudo, que não pode aceitar o fato de afirmarem de que não  
215 foi dada a condição de discutir essa matéria no conselho e afirma que foram seis reuniões discutindo o tema e  
216 não consegue aceitar o posicionamento da conselheira Sílvia em afirmar que precisa debater mais a proposta  
217 do Sinduscon, reuniões com falas reiteradas e que não pode dizer no plenário que não houve discussão. Afirma  
218 que entende ter posição contrária, coloca um minuto para cada inscrito e o Sr. Marcelo ao final.

219 **Conselheiro Soler do CEA** afirma um dos pontos era a permissão de fala para os não-conselheiros,  
220 principalmente que eles conhecem a pessoa do Marcelo, e que essa regra for seguida, o que não é um consenso,  
221 além de estar mudando a história do conselho não pode mais permitir quem tem interesse a falar.

222 **Conselheiro Leandro do SANEP** afirma que recebeu a pauta com uma certa estranheza, visto que não esteve  
223 presente na última reunião, ele entendeu bem o que foi exposto pelo conselheiro Ricardo, e acredita haver  
224 apenas uma divergência com relação ao nome, e que talvez se a câmara se chamasse “câmara temática de apoio  
225 técnico e análise de conflito” não houvesse tanta discussão, mas concorda que já houve cinco reuniões em  
226 que o Sinduscon se debruçou em cima do tema e se encontra confortável para votar, até mesmo em respeito ao  
227 colega de conselho.

228 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** diz em que todos que falaram ele sentiu falta de uma dúvida clara e  
229 objetividade em relação a proposta em que foi apresentada, e o único ponto da discussão que ficou claro é que  
230 ela é muito ampla, e afirma que assim como o conselheiro Ricardo já explicou sobre a questão da amplitude  
231 ele se sente intrigado pois em reuniões anteriores foi aprovado a criação da câmara temática de mudanças  
232 climáticas. Questiona se os demais conselheiros recordam o fato de os principais argumentos em relação a ela  
233 foram alterações sobre aquilo que se faz na Amazônia, afirma que para ele não existe nada mais amplo que  
234 esse tipo de câmara e que o conselheiro Ricardo foi bem objetivo em sua explanação.

235 **Convidado Marcelo Dutra** agradece a fala e parabeniza o conselheiro Ricardo pela fala. Afirma que entendeu  
236 a apresentação da proposta e parece comportar boa parte das preocupações vistas por aí, no entanto acha o  
237 objeto amplo e se sobrepondo aos interesses da SQA e objetos tratados por ela. Afirma que chamou atenção o  
238 fato do conselheiro Ricardo ter citado a construção de política, e por isso a câmara possa ser utilizada não  
239 apenas quando for provocada para fazer a análise de algo, talvez seja aí a oportunidade de ter um debate de  
240 temas permanente e sistemático dentro do COMPAM sobre esses temas que tocam diretamente no dia-a-dia  
241 da cidade e no planejamento dela.

242 **Conselheiro Eduardo da SQA** solicita então que seja aberta a votação pela secretária Camila e esclarece que  
243 “sim” vota pela criação da câmara.

244 **A Conselheira Silvia da UFPel** diz que fez por duas vezes uma proposição na linha do que expôs em suas  
245 falas e que essa deveria ser considerada.

246 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que na condição de Presidente colocará a câmara em votação na  
247 presente reunião conforme pauta, em respeito ao Sinduscon que se preparou para prestar os esclarecimentos  
248 solicitados.

249 **Conselheira Silvia da UFPel** pede que a sua proposição seja considerada.

250 **Secretaria Executiva Camila** diz que a proposição da conselheira Sílvia é que a decisão seja adiada para outra  
251 reunião ordinária.

252 **Conselheiro Eduardo da SQA** pede escusas a conselheira Sílvia e reafirma que na condição de Presidente  
253 colocará a câmara em votação na presente reunião conforme pauta, em respeito ao Sinduscon que se preparou  
254 para prestar os esclarecimentos solicitados e acha um desrespeito continuarem falando que que a câmara é  
255 abrangente, e que o que pode é ser votado se adia ou não a votação, mas acredita ser mais fácil votar em criar  
256 ou não a câmara.

257 **Conselheiro Soler do CEA** afirma que pelo regimento uma proposta deve ser apreciada pelo plenário.

258 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** diz que sendo assim, o Sinduscon também fez uma proposição no início  
259 da reunião de que a criação da câmara seja votada na reunião de hoje, proposição essa anterior a feita pela  
260 conselheira Sílvia. Afirma que a sociedade necessita de um tipo de balizamento, mas que se os conselheiros  
261 não veem dessa forma que votem contrários a criação da câmara proposta, assim outras pessoas poderão fazer  
262 outras propostas que contemplem os interesses da comunidade, que hoje não tem a quem recorrer para que  
263 tenha um parecer técnico e que esse tema já se arrasta por cinco reuniões de debate.

264 **Conselheiro Eduardo da SQA** concorda com o posicionamento do conselheiro Ricardo.

265 **Conselheira Silvia da UFPel** esclarece ao conselheiro Ricardo que todas essas reuniões não foram exclusivas

266 para tratar desse tema.

267 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** interrompe a conselheira Sílvia e esclarece que não falou que as reuniões  
268 foram exclusivas, mas que sim esse tema foi tratado em cinco reuniões e que a conselheira coloca palavras que  
269 não foram ditas por ele e que parece uma tentativa de desviar do tema.

270 **Conselheiro Leonel do SRP** interrompe a discussão e diz que como coordenador pede maturidade para que  
271 se avance no tema, afirma que a conselheira Sílvia teve tempo suficiente e se manifestou durante toda reunião,  
272 afirma também que para ele é simples: ou vota na proposição dela ou do conselheiro Ricardo.

273 **Conselheira Silvia da UFPel** propõe que, para ficar contemplada sua requisição de maior debate, assim como  
274 pelos demais que expressaram o mesmo, seja planejada uma discussão à parte, fora da reunião ordinária, para  
275 que o Sinduscon possa fazer uma apresentação completa, até mesmo visual, e assim proporcionar debate sobre  
276 todas as nuances da proposta e haver o entendimento necessário à posterior votação.

277 **Conselheiro Eduardo da SQA** diz que será colocado agora em votação, “SIM” para quem é a favor da criação  
278 da câmara e “NÃO” para quem é contra. E passa a palavra para a secretária executiva Camila.

279 **Conselheiro Soler do CEA** afirma que não pretende entrar no mérito do debate, só resguardar o cumprimento  
280 do regimento já que a conselheira Silvia fez uma proposta. Porém se querem abrir a votação, visto que o  
281 conselheiro Ricardo passou 25 minutos explicando suas motivações e não ocorreu tanto tempo de debate  
282 contrário, ele solicita que seja lido a resolução para esclarecimento final do que será votado.

283 **Conselheiro Eduardo da SQA** informa que será votada agora a criação da Câmara Temática de Controle,  
284 Qualidade Ambiental e Gestão Territorial.

285 **Conselheira Sílvia da UFPel** afirma que não foi pautada colocar em votação a criação desta câmara hoje. Diz  
286 que se não está na pauta a votação é inválida.

287 **Conselheiro Eduardo da SQA** pede desculpas à conselheira Sílvia por não concordar com ela e afirma que  
288 toda vez que ela se posiciona contrária a algo ela recorre a qualquer artigo do regimento a favor dela.

289 **Conselheira Silvia da UFPel** interrompe e afirma que preferiria que o clima da reunião fosse outro e que,  
290 sobre o que é reclamado, ela, assim como em geral as mulheres, já são acostumadas com algumas  
291 observações, tal como ver taxado como problema o seu tipo de participação, o que é desrespeitoso, como já  
292 foi em outro dia e hoje se repete.

293 O Coordenador Eduardo diz que a Conselheira invoca o Regimento, ao que ela responde negativamente, pois  
294 não se refere ao Regimento, mas sim à pauta do dia, ao que ele responde dizendo que basta todos verem as  
295 atas anteriores para entenderem que hoje seria discutida a criação ou não da CT. A Conselheira afirma referir-  
296 se à pauta e reporta à necessidade de vir expressa na convocação, até para proporcionar o necessário preparo e  
297 posição dos conselheiros a partir da instituição que é representada, o que não ocorreu para a presente reunião.  
298 Complementa dizendo que a apresentação da readequação da proposta, sim, foi pautada.

299 **Conselheiro Eduardo da SQA** diz que foi readequada e que será votada a criação da câmara.

300 **A Conselheira Sílvia da UFPel** insiste pela não votação e sugere que ocorra mediante convocação para a  
301 próxima reunião ordinária.

302 **Secretária Executiva Camila** inicia a chamada para a votação para criação da câmara ou não.

303 **Conselheira Silvia da UFPel** durante seu voto, onde se absteve, disse que todos os conselheiros podem e  
304 deveriam estar justificando seus votos.

305 **Conselheiro Pedro do Sinduscon** afirma que a conselheira Sílvia pode falar por ela mesma, sem a necessidade  
306 de colocar no plural por se tratar da sua opinião.

307 **Conselheira Silvia da UFPel** afirma que, consoante com tudo o que foi por ela exposto, a UFPel se abstém de  
308 votar para a criação de uma Câmara sem suficiente informação, principalmente diante da complexidade da  
309 temática e do que poderá acarretar para a comunidade. Ela também pede tempo para esclarecer uma afirmação  
310 posta no *chat* da reunião, em que é afirmado que “precisamos parar de vitimismo”. Sobre isso, dirige-se ao  
311 Secretário Eduardo por não considerar que cabíveis referências desse tipo no ambiente do Conselho, lugar que  
312 deve prezar pela igualdade participativa. Repudia o que foi expressado em relação à ela e afirma que vai  
313 persistir em apresentar o seu pensamento, e até em reiteradas vezes, pois é seu direito. A conselheira ainda diz  
314 que mantém posição pela não votação e pede que haja oportunidade de debater mais o assunto. Também roga  
315 aos demais conselheiros, agentes públicos, atenção à responsabilidade social emanada dos votos e que  
316 argumentem segundo seus pensamentos, para além do sim ou do não.

317 **Conselheiro Vlamy de Rede Bem da Terra** vota “não” deixa seu protesto ao machismo no uso da palavra  
318 vitimismo.

319 **Conselheira Dani do GAEC** vota contrária à proposta e manifesta sua indignação quanto a arbitrariedade  
320 como vem sendo conduzida as reuniões do COMPAM, muito focada na conselheira Sílvia que dá voz feminina  
321 com vigor deste cenário, que está muito confuso e é necessário maior debate.

322 **Conselheiro Soler do CEA** justifica seu voto em se abster visto que não teve um texto de resolução das  
323 câmaras técnicas e abrange sua preocupação a todas as câmaras criadas que não tiveram esse texto. Seu voto  
324 foi em se abster pois não recebeu nada para se embasar, e que deve ser respeitada a opinião de todos pois  
325 muitos conselheiros vêm tendo suas opiniões cerceadas, que é preciso haver debate e que ao longo da história  
326 do COMPAM muito debate ocorreu para que fosse realizado as votações, diferente do que vem ocorrendo  
327 agora. Se indigna sobre essa situação pois muitas entidades nem se esforçam para debater pois sabem que se  
328 for colocado os assuntos em votação, por terem maioria, será aprovado os temas em seus favorecimentos .  
329 Afirma que as proposições devem ser mais claras e não é o tempo de debate que define se vai haver a votação  
330 ou não.

331 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** afirma que ao ler o regimento interno não vê nenhuma ilegalidade na  
332 construção da proposta da câmara temática, narra todo o processo que é descrito no regimento quanto a criação  
333 das câmaras temáticas reafirmando que não houve ilegalidade ao que foi feito. Afirma que com relação a  
334 cercear a palavra ele não tem dúvidas que as pessoas que estão sendo vistas como cerceadas são as que mais  
335 usam a palavra e que não foi monopólio pois usou o tempo para esclarecer questionamentos pertinentes na  
336 ATA, que e se não fosse aprovado o Sinduscon ficaria feliz e, ter cumprido seu papel em ter feito a proposta,  
337 visto que é inadmissível até hoje não ter uma câmara que trate desse assunto. Afirma que o tempo que não é  
338 utilizado para apresentação da proposta é usado pelas mesmas pessoas e que não consegue entender que as  
339 mesmas digam que não houve tempo. Com relação à democracia não existe apenas o voto, mas que a minoria  
340 não pode ser silenciada e que a vontade da maioria seja respeitada. Afirma estranheza com o comportamento  
341 de alguns pois teve câmaras que foram aprovadas sem muito debate e na proposta pela Sinduscon foi com esse  
342 tumulto, que parece algo contra entidades produtivas, que a única proposição altamente questionada, com  
343 argumentos frágeis e que na hora de debater não se sustentaram foi a dessa câmara.

344 **Conselheiro Soler do CEA** afirma que no regimento fala sobre o direito de justificar o voto. Afirma ao  
345 conselheiro Ricardo que a ilegalidade está na falta de texto das câmaras técnicas e não pode aprovar uma  
346 câmara técnica sem seguir o regimento. Diz que nunca foi aprovada uma câmara sem esse texto e o que foi  
347 aprovado foi a ideia da câmara técnica. Diz que sobre o local de fala talvez o conselheiro Ricardo talvez não  
348 precise solicitar pois fala o tempo que quiser, sem repreensão, falou durante 25 minutos nessa reunião sem ser  
349 interrompido e consegue ter voz em outros lugares que uma boa parte dos membros do conselho não  
350 conseguem. O conselheiro leu o email enviado pelo conselheiro Alexandre do IFSul, sobre a junção da câmara  
351 que ele propôs em reuniões passadas em outra câmara.

352 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que arbitrariedade é um ponto de vista e não concorda quando dizem  
353 que a palavra está sendo cerceada e não está sendo concedida pela coordenação do conselho e das reuniões.

354 **Secretário Gilmar Bazanella da SDETI** afirma que desde que se começou a falar em criar sobre uma  
355 comissão de ética e a partir das manifestações acredita que deve ser pensando nisso pois está se construindo  
356 uma retórica com relação a máximos e outras coisas e que por vezes acontece, mesmo que não veja isso de  
357 forma objetivo, mas não pode deixar que isso se propague dentro do conselho. Diz que se sente desconfortável  
358 em participar de um conselho que está sendo visto como machista e que fica sua posição para que sejam  
359 tomadas as providências necessárias, mas não é justo que essa retórica seja repetida.

360 **Conselheiro Eduardo da SQA** concorda com a fala do secretário Gilmar e que não é o tipo de rótulo que  
361 gostaria que o conselho fosse tachado e que a coordenação vai analisar o caso e comportamento.

362 **Conselheira Silvia da UFPel** questiona se está sendo percebido o que está ocorrendo na reunião, por último.  
363 Diz que, sim, participa com intensidade, talvez até porque muitos não o fazem. Afirma perceber falas como  
364 tentativas de haver a reversão da situação que se apresentou, e que assim, de novo, a colocam como sendo  
365 criadora de um problema. Finaliza pedindo que analisem isso.

366 **Conselheiro Gilmar Bazanella da SDETI** pede desculpas se ofendeu a conselheira, mas que ela não coloque  
367 palavras em sua boca.

368 **Conselheira Silvia da UFPel** diz que não se trata de sentimentos, mas sim de comportamento social e  
369 reafirma que as falas por último havidas buscaram superar a situação para assim reverter a visão das pessoas  
370 que assistem. Que isso ficou claro e, em geral, é até costumeiro, mas que atualmente se consegue perceber  
371 quando ocorre e merece protesto. Também estranha que os que assistem essas falas não se manifestem com

372 seu pensamento. Mas, avalia, esse é assunto paralelo ao Conselho e que nele está para tratar da questão  
373 ambiental, no que essa preocupa, e que será sempre nesse sentido a sua participação. Para completar, diz  
374 lembrar que já teve o microfone cortado em seu tempo de fala, enquanto outras pessoas, como na presente  
375 reunião, se estendem no tempo sem nenhum problema. Também que, por vezes ouve de conselheiros  
376 expressões a ela dirigidas de que “não está entendendo”, comportamento este já com denominação na  
377 psicologia social. Mas, pondera, aos poucos serão alcançadas as transformações necessárias, até para que as  
378 filhas e netas dos presentes vivam em um mundo melhor. Após, solicitou que fossem retomados os assuntos  
379 em pauta, de grande importância, e que não puderam ser ainda abordados. Também menciona o conjunto de  
380 pendências que mereceriam reunião extraordinária, tal como já acordado em última reunião e que inclusive  
381 consta no texto da ata. Sobre isso, coloca que para o bom funcionamento do Conselho, como no início da  
382 reunião foi pregado pelo coordenador, é positivo haver agora maior clareza sobre o exercício da coordenação,  
383 pois no período anterior ficava dispersa entre os quatro eleitos, confundindo os conselheiros nos  
384 procedimentos das reuniões. Por fim, afirma que não vai abdicar do seu espaço de participação no COMPAM  
385 e que vai continuar se reportando sempre à necessidade de respeitar o regimento, mesmo que disso haja  
386 reclamação sob argumento de que mais fala-se de irregularidades do que sobre o que importa. Contrariamente,  
387 diz que ser desejado, sim, que sejam abordados os temas importantes, visto que a realidade ambiental no  
388 município é visivelmente problemática, o que é grave, e diante disso, a comunidade tem expectativas que  
389 precisam ser respeitadas e o Conselho é sua via de voz por meio das organizações públicas ou privadas  
390 representadas. Para tal, refere que em nome da cidadania falará sempre e muito. Por fim, dirigindo-se ao  
391 coordenador, que conclamou para uma reunião profícua em sua fala inicial, propõe que tal qualidade nunca  
392 seja sinônimo de restrições ao uso da palavra. Explica que nunca se sentiu diretamente cerceada na  
393 participação, porém, que o discurso de entorno a que o plenário fica submetido é, sim, cerceador: consegue-se  
394 abrir o microfone e falar, mas a carga em cima de quem quer se manifestar é constante. A conselheira  
395 inclusive refere ao verbo de comando sempre usado, no semestre passado e no início deste ano, de que é  
396 preciso sempre “avançar e avançar”, um termo que lhe parece bélico até, quando, na verdade, não se quer  
397 apenas avançar e sim desenvolver, aspiração da comunidade que anseia por desenvolvimento, por qualidade  
398 de vida. Portanto, arremata, nada significa dizer que é dada a palavra, se essa vem como concessão que pesa,  
399 julgando quem a solicita. Finaliza lembrando da responsabilidade de estar realmente disponível para o  
400 Conselho e suas demandas, relacionando isso ao não atendimento das reiteradas solicitações para que seja  
401 aumentada a duração dos encontros, de modo que esses comportem as pautas, longas e quase sempre não  
402 vencidas.

403 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que não vai contrapor as visões diferentes e que são um grupo  
404 heterogêneo. Afirma que devido ao desgaste criado até o momento com toda a discussão da criação da câmara,  
405 sugere que seja feita uma votação para deliberar uma reunião extraordinária a fim de dar sequência ao restante  
406 da pauta. Diz que a questão da câmara é tão abrangente que o próprio proponente, por email, sugere a junção  
407 de câmaras, questiona se não foi debatido na época o suficiente ou então no caso da criação da câmara discutida  
408 hoje o problema veio devido a origem da proposta, ou seja, o Sinduscon.

409 **Convidado Marcelo Dutra** pergunta se, com relação à composição das câmaras, é possível que pessoas que  
410 não fazem parte do conselho participem das câmaras, como a que foi criada hoje, mesmo que seja com um  
411 caráter apenas técnico.

412 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que sim, que tem um texto no regimento que permite isso, sem direito  
413 a voto. Ele lê o artigo 30 e 32 do regimento que aborda o tema e confirma sua afirmativa anterior.

414 **Convidado Marcelo Dutra** questiona se a câmara só pode se manifestar quando solicitada ou ela pode  
415 ser proativa no sentido de construção da política e do debate, para que vá além de tomada de decisão ou  
416 análise de recursos

417 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** afirma que a câmara tem única e exclusivamente a função de se reportar  
418 ao plenário, mas além de se manifestar por solicitação do plenário, a câmara realiza estudo e a câmara pode  
419 propor, sempre ao plenário, estudos e debates, mas uma câmara não pode divulgar na imprensa, por exemplo, o  
420 seu relatório.

421 **Conselheiro Eduardo da SQA** corrobora a fala do conselheiro Ricardo citando o artigo 33 do regimento que  
422 versa sobre o assunto. Portanto, afirma que quer ver com muitos bons olhos o que foi feito hoje, e que se criou  
423 uma celeuma muito mais em relação ao proponente do que ao objeto de estudo da câmara.

424 **Convidado Marcelo Dutra** afirma que, colaborando com o tema que o conselheiro Ricardo trouxe, não existe



425 um mapa que compreenda as áreas vulneráveis, sensíveis, sujeitas a inundação, áreas úmidas onde estão sendo  
426 construído onde é inviável, mas esse mapeamento e debate técnico possa ocorrer dentro da câmara e levar isso  
427 para o conselho de forma mais detalhada.

428 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** confirma a ideia do convidado Marcelo e diz que é exatamente essa a  
429 ideia da câmara temática.

430 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que o que ele acha interessante das câmaras é propiciar um debate com  
431 menos técnicos e menos conselheiros para elaborar propostas e estudos e depois levar ao plenário que é o  
432 fórum para a deliberação. Afirma que não haverá votação mais nessa reunião, que pode ser passado para  
433 assuntos gerais.

434 **Conselheiro Leonel do SRP** afirma que não vai entrar no mérito da discussão da conselheira Sílvia, mas  
435 reafirma que o conselho precisa avançar. Afirma que assim como no semestre passado, onde a coordenação  
436 foi feita a quatro mãos, isso foi feito agora também, cada um tem sua maneira de trabalhar, a coordenação é  
437 um time, é unido e apenas quer harmonia para trabalhar em prol de Pelotas. Diz que percebe muitas vezes o  
438 não pelo não, a contestação e sim quando essas pessoas são citadas e confrontadas, onde se propõe um debate  
439 de forma construtiva, muitas vezes essas pessoas se fazem de vítima e saem pela tangente, desviando do foco e  
440 do assunto principal.

441 **Conselheiro Thiago do CAU** afirma que se solidariza com a conselheira Sílvia e já presenciou em outras  
442 reuniões o fato ocorrido hoje com ela e outras conselheiras e que esse comportamento deve ser refletido e cada  
443 um veja onde pode melhorar para uma melhor harmonia entre todos. Afirma também que pede ao secretário  
444 como ela faz parte da CT do fundo e como a conselheira Lorena não pode se fazer presente, que o secretário  
445 conclua os informes para que essa parte fique concluída nesta reunião.

446 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma que já ocorreu duas reuniões este ano e a coordenação ficou com a  
447 conselheira Lorena, foram apresentados extratos, foi minutado um relatório e infelizmente a conselheira não  
448 participou hoje, afirma que a câmara está funcionando, possui um grupo de WhatsApp e que o relatório deveria  
449 ter sido apresentado hoje e vai conversar com a câmara de novo para passar as informações ao plenário.

450 **Conselheiro Soler do CEA** afirma que ao seu entender não tempo suficiente para haver diálogo e não é  
451 possível se expressar para acabar com os maus entendidos, cita o exemplo de que a câmara técnica de mudanças  
452 climáticas não foi justificada pelo que acontece na Amazônia, que o que acontece lá foi uma referência para a  
453 criação da câmara e não a justificativa principal, tem-se que entender que o que acontece na Amazônia acontece  
454 no restante do planeta. Diz que outro ponto é falar sobre os processos parados e questiona quantos processos  
455 estão parados em razão da ausência da câmara técnica na SQA e gostaria que o conselheiro Ricardo informasse  
456 esse número e que usasse a expressão correta, e não é a comunidade que depende da SQA e sim uma parte  
457 dela, que constrói e faz obras e não toda a comunidade, então não se deve usar a comunidade toda para justificar  
458 algo que só se diz respeito a uma parte dela. Afirma também que na fala das pessoas que realizam críticas mais  
459 incisivas, que falam muito, não se tem ofensas, não chamam ninguém de nome depreciativo, não debocham  
460 das falas de ninguém, apenas criticam, apenas pensam diferente e isso é democracia, e questiona o que querem:  
461 debater, discutir ou outra coisa. Propõe que seja marcado a reunião extraordinária para dar continuidade a pauta  
462 de hoje como foi dito e que haja um momento para que seja discutido o regimento interno para que essas  
463 questões conflituosas sejam esclarecidas e parar com o julgamento das manifestações e que nenhum  
464 conselheiro pode julgar a manifestação de outro membro do conselho sem ela infringir o regimento, pois  
465 ninguém está falando sem autorização da coordenação, estão falando dentro da legalidade e com autorização  
466 de quem coordena a reunião, e se não querem falar não há problema, não é porque quem está falando está  
467 tirando a vez, portanto precisa desse momento para alinhar as coisas dentro do conselho. Afirma que acabou o  
468 debate dentro do conselho, que quando se mostram contrários ninguém quer argumentar, apenas votar e que  
469 quando querem debater só sabem afirmar que querem atrasar e isso é uma mentira, só possuem ideias  
470 diferentes.

471 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** afirma que discorda quando o conselheiro Soler afirma que a comunidade  
472 não depende da SQA e sim o empreendedor e que essa visão não é correta, que olhando a ótica do  
473 empreendedor que quer fazer um empreendimento mas também pela ótica do trabalhador da construção civil,  
474 setor de maior capilaridade de empregos, diferença de investir em uma fábrica de chips que só emprega pessoas  
475 com nível superior, a construção civil emprega pessoas cuja renda é menor e faz com que a economia circulare  
476 imaginar que o valor social do empreendedor é apenas fazer com que sua empresa vá pra frente é não ter a  
477 noção de quem sem esse auxílio do conselho um empreendimento pode atrasar seis meses, um ano e portanto

478 pessoas ficam desempregadas seis meses, um ano, portanto seria mais ágil o processo, isso não significar que  
479 tudo deve ser aceito pela secretaria e pelo conselho, mas que a SQA e o COMPAM deve se manifestar com  
480 rapidez e agilidade. Afirma que o empreendedor não é o elo mais fraco da corrente, mas também pensando da  
481 forma como estão o ela mais fraco fica de fora do debate. Diz que a informação quanto aos processos parados  
482 ele não tem, mas como representante do Sinduscon no COMPAM, seguido as pessoas o questionam como está  
483 situação no COMPAM, e o único recursos possível com relação aos indeferimentos da SQA seria recorrer a  
484 uma análise do COMPAM.

485 **Conselheiro Eduardo da SQA** afirma ter dois processos sobre AEIANS.

486 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** reafirma que sabe o número de processos, mas muitos colegas dele  
487 tiveram seus processos indeferidos pela SQA e gostaria de pedir recursos como a lei proporciona, e questionama  
488 ele o que o COMPAM está fazendo, pois eles não conseguem ter seus recursos julgados pois o trâmite é  
489 interrompido. Diz que aprove ou não, mas que se analise e que não fique uma visão estreita de que a construção  
490 civil ao empreender não investe no social, pois ao gerar emprego está fazendo isso.

491 **Conselheiro Soler do CEA** afirma que ao falar em gerar emprego deve também tratar das melhorias das  
492 condições de trabalho dos trabalhadores da construção civil.

493 **Conselheiro Ricardo do Sinduscon** afirma que pretendia terminar, mas responde ao conselheiro Soler que  
494 uma das coisas mais importantes dentro do Sinduscon é óbvio que não é só interesse deles, mas são fiscalizados  
495 por isso, é cumprir integralmente a legislação trabalhista, mas não compete fazer a legislação, mas sim de  
496 cumprir a mesma e quem deve melhorar é o congresso que a faz e o que pode ser cobrado das empresas é o  
497 cumprimento da legislação trabalhista.

498 **Conselheiro Eduardo da SQA** intervém pois o debate está indo para um lado pessoal e que esse tema não é  
499 da pauta do COMPAM.

500 **Conselheiro Giovanni da Tuphauê** agradeceu ao Conselheiro Soler por ter lido o email enviado por ele e  
501 acha que duas câmaras técnicas seriam interessantes, mas gostaria de participar de outra e não sabe se vai haver  
502 limitação de participantes. Diz que com relação ao debate todos reconhecem que os debates não avançam e  
503 ficam trucados e que assim como conselheiro Soler afirma falta tempo para um debate mais profundo e cada  
504 pessoa deveria dar mais tempo para as pessoas e sugere que as reuniões se estendam até as 18 horas para maior  
505 tempo de debate.

506 **Convidado Marcelo Dutra** afirma que como disse os conselheiros Soler e Giovani e ouvindo a defesa do  
507 conselheiro Ricardo, e entendendo a importância que a construção civil tem para a economia e arrecadação  
508 para o município, mas deve ter cuidado ao falar de desenvolvimento, pois se fala muito no econômico e pouco  
509 no social e ambiental. Diz que se preocupa ao saber que existem processos parados e que se julgados sejam  
510 apenas para gerar dinheiro e acabar inviabilizando ambientes e sistemas, e assim gerar uma série de focos de  
511 novos alagamentos e isso não está sendo levado em observação. Diz que espera que com essa câmara criada  
512 esse ponto seja melhor analisado dentro do COMPAM.

513 **Conselheiro Eduardo da SQA** agradece a presença de todos e convoca reunião da coordenação para semana  
514 que vem para definir a reunião extraordinária para vencer a pauta de hoje.

515 Nada mais havendo foi encerrada a reunião. Após a ratificação da presente ATA, assinam os coordenadores  
516 abaixo descritos. Por fim, todos os presentes foram informados que a reunião foi gravada. Para acesso a  
517 gravação e a ATA da reunião os conselheiros e demais interessados poderão localizar junto ao sítio após a  
518 publicação. - <http://www.pelotas.com.br/servicos/meio-ambiente> -

519

520

Pelotas, 07 de março de 2022.

521

## 522 **Coordenação do COMPAM**

523

524 Secretaria de Qualidade Ambiental - SQA

525 Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação – SDETI

526 SINDAPEL

527 Sindicato Rural de Pelotas – SRP

528 Secretaria Executiva